

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT08.020](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT08.020)

CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL COMO RECURSO PARA O LETRAMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CAMINHOS PARA A DESCOBERTA DE PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ESCRITA

Tatiana Maria Ribeiro Silva

Doutora em Educação, Psicóloga, Mestre em Saúde Coletiva, Professora do setor de Fundamentos Psicológicos da Educação da Faculdade de Filosofia Dom Aurelianos Matos – FAFIDAM/UECE. tatiana.ribeiro@uece.br

Nara Lúcia Gomes Lima

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora substituta do curso de pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Nara13gomes@hotmail.com.

Felipe Barroso

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); mestre em Administração pela DePaul University (EUA); advogado; professor e coordenador-adjunto no curso de Direito do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7), em Fortaleza/CE; barroso@uni7.edu.br

RESUMO

A ideia de que a literatura infantil deve interagir com o universo do letramento é a constatação de que essa temática carece de aprofundamento que resultaram na elaboração deste artigo com o objetivo de analisar as implicações dessas práticas no processo de ensino-aprendizado propondo uma discussão que consiste em reconhecer e refletir quais os critérios para a adoção de livros e de que forma são utilizados na escola. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujos resultados pesquisas apontam que a inserção da criança na cultura letrada deve superar a orientação o domínio apenas da tecnologia da escrita, mas sim levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita.

Palavras-chave: Literatura infantil. Práticas Pedagógicas. Letramento.

INTRODUÇÃO

A educação infantil foi reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º. 9394/96) não só como direito da criança e dever do Estado, mas também como uma etapa da educação básica. Isso significa que não apenas a sociedade e o Estado assumem, mas reconhecem essa etapa de ensino como parte integrante da estrutura e funcionamento da educação escolar brasileira. Nessa perspectiva, devem-se considerar as contribuições tanto da creche quanto da pré-escola ao desenvolvimento da alfabetização e do letramento de seus alunos.

De acordo com Soares (2004, p.14)

Sabe-se que as crianças têm uma forte ligação com os livros de literatura infantil, pois esses divertem, estimulam a imaginação, desenvolvem o raciocínio e permitem uma melhor compreensão do mundo. Para que as crianças tenham acesso a essa infinidade de conhecimentos faz-se necessário que seja proporcionado um ambiente que estimule o processo da leitura e da escrita na qual a educação escolar está intimamente ligada.

É neste sentido que a literatura infantil se enquadra no quesito letramento, pois ela faz emergir a cultura letrada na criança, na medida que esta é ensinada a ter compreensão dos textos. Para Simões (2000, p.3), *“especificamente em se tratando da aquisição da leitura e da escrita, essas histórias podem oferecer muito mais do que o universo ficcional que desvelam e a importância cultural que carregam como transmissoras de valores sociais”*.

O artigo apresentado pretende investigar o uso da literatura infantil no contexto do letramento analisando as práticas pedagógicas e suas implicações no processo de aprendizagem utilizando o livro infantil como recurso dando um novo sentido e significado em sala para a decodificação do código linguístico proporcionando o encontro do educando com o mundo das letras e preparando-os para o descobrimento de um mundo diferente, ou pelo menos incentivá-lo a descobrir o mundo com a mesma curiosidade que se tem na infância.

A literatura na perspectiva do letramento consiste em integrar práticas de leitura e escrita dentro da sociedade. O letramento se processa em uma relação interativa entre o sujeito e a cultura

em que vive em um contexto que não só oferece informações, mas que é condicionado à leitura e à escrita dando sentido e qualidade ao ensino- aprendizagem. Portanto, não basta apenas saber ler e escrever, mas utilizar o que foi escrito e lido, desenvolver sentido e melhor condição de comunicação. Assim projeta-se um futuro de crianças críticas e atuantes dentro de uma sociedade oferecendo-lhes o direito de ir além do que se vê e do que lhes mostram.

É neste sentido que a literatura infantil se enquadra no quesito letramento, pois ela faz emergir a cultura letrada na criança, na medida que esta é ensinada a ter compreensão dos textos. Para Simões (2000, p.3), *“especificamente em se tratando da aquisição da leitura e da escrita, essas histórias podem oferecer muito mais do que o universo ficcional que desvelam e a importância cultural que carregam como transmissoras de valores sociais”*.

Assim, a prática da literatura infantil no letramento proporciona à criança um mundo de ficção que a desprende da realidade e desenvolve seu sentido criativo. Contudo, ao mesmo tempo, estas histórias, quando trabalhadas pelo professor, contribuem para que as crianças internalizem valores sociais que as insere em sua realidade, pois relacionam situações da história com suas próprias vivências.

O interesse pela temática surgiu a partir de vivências escolares na qual observando turmas do infantil IV em uma creche da rede pública do município de Itaitinga pude perceber que algumas professoras utilizavam o momento da contação de história apenas como rotina a ser seguida sendo feita de forma mecanizada. Diante da problemática acima citada minha questão de pesquisa é: Quais as implicações no uso da literatura infantil no contexto do letramento na primeira infância?

A partir da questão elenco como objetivo analisar as concepções que essas professoras da primeira infância possuíam acerca do letramento e quais implicações pedagógicas a literatura infantil nesse contexto poderiam contribuir no processo de ensino-aprendizado para essas crianças.

Propor uma discussão acerca da literatura na perspectiva do letramento na educação infantil consiste em reconhecer e refletir quais os critérios para a adoção de livros utilizados na escola, se estes sempre são livros que incentivam o conteúdo escolar ou

a imaginação do aluno ou então que complementam o conteúdo escolar e de que forma são trabalhados.

A fim de atingir tais objetivos, a pesquisa terá um caráter qualitativo buscando a compreensão do objeto de estudo procurando desvendar os significados do assunto, tendo como papel fundamental o pesquisador. Segundo (MINAYO 1998,P.32)"... trata de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis."

O suporte metodológico do artigo é a pesquisa bibliográfica, com o intuito de levantar material com dados já analisados e publicados realizando comparações com estudos atuais baseando-se da coleta de material de diversos autores sobre o determinado assunto. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008).

Surge, portanto, a função do pesquisador, que utiliza a pesquisa como embasamento de suas análises, comparando as diversas posições encontradas acerca de um mesmo problema, formando, por fim a própria reflexão.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho se constitui no levantamento bibliográfico, que utilizou como fontes e instrumentos de coleta de dados: livros, artigos e documentos eletrônicos, consultados no período de junho e julho de 2022. Toda a pesquisa foi embasada em revisão teórica acerca dos temas alfabetização e letramento na Educação Infantil. A análise das informações obtidas foi realizada através de forma crítica e sistematizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Durante a década de 1980 emergiram discussões sobre as altas taxas de repetência e analfabetismo no Brasil. Ao proporem uma nova perspectiva sobre o processo que a criança percorre para aprender a ler e a escrever, Ferreiro e Teberosky (1979) contribuíram

muito para a reflexão sobre a problemática da alfabetização. Diante de toda a reflexão que ocorreu na época sobre o analfabetismo, foi necessário encontrar uma palavra que se referisse à condição ou ao estado contrário daquele expresso pela palavra analfabetismo, ou seja, uma palavra que representasse o estado ou condição de quem está alfabetizado, de quem domina o uso da leitura e da escrita foi então que surgiu a palavra letramento.

Os debates da época acompanhavam uma educação que transitava do ideário tecnicista, numa abordagem comportamentalista, para a pedagogia histórico-crítica, cujos representantes comprometiam-se com uma educação que levasse o homem a se reconhecer como sujeito da história. O ensino e a aprendizagem, instrumentos teórico-práticos, a partir da problematização da prática social, dariam conta da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social para se libertarem das condições de exploração em que viviam (SAVIANI, 1991).

Em decorrência de novas urgências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de propostas de mudança na educação, a fim de se enfrentar, particularmente, o fracasso da escola na alfabetização de crianças, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pelas pesquisadoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. A pesquisa feita pelas duas tirou a alfabetização do âmbito exclusivo da pedagogia e a levou para a psicologia. Elas nos mostravam que a aquisição das habilidades de leitura e escrita dependia muito menos dos métodos utilizados do que da relação que a criança tinha desde pequena com a cultura escrita, com a vivência dos usos da cultura escrita proporcionando novos aprendizados para quem iniciava a escolarização.

O construtivismo foi uma teoria que passou a valorizar a forma como a criança desenvolvia a aprendizagem em relação à escrita, essa entendida como um sistema de representação. O construtivismo, ao contrário do que muitos pensam, não foi um modelo pedagógico, mas uma teoria do conhecimento, que dizia poder auxiliar na ação pedagógica escolar.

Foram os resultados dessas pesquisas que colaboravam para contar que a criança não começava a aprender apenas quando ingressa na escola, que o contato com a linguagem escrita iniciava

no âmbito social. Acreditavam que a aprendizagem superaria a interação mecânica, a criança elaborava hipóteses para compreender a escrita, e isso acontecia através da experimentação do ler e escrever. Nessas experimentações as crianças desenvolviam as escritas espontâneas, não podendo ser considerado como “erros” e era através do levantamento dessas hipóteses que a criança fazia construções progressivas, ampliando seu conhecimento sobre a escrita.

Essa teoria lançou aos professores o desafio de planejar e desenvolver a partir de uma nova compreensão sobre o processo de leitura e escrita. Defendia uma alfabetização contextualizada e significativa através da adaptação didática das práticas de leitura e escrita para sala de aula, já que acreditava ser possível realizar a descoberta do princípio alfabético, quando as crianças são expostas a situações-problema em que são desafiados a criar hipóteses no sentido de refletir sobre a escrita sem ensino explícito sobre o sistema. É importante destacar que valorizavam o diagnóstico prévio do aluno e considerava seus erros, como parte do processo de construção do conhecimento. Os defensores dessa proposta acreditavam que era através da imersão da criança nas práticas sociais de leitura e escrita que a alfabetização ocorria não sendo necessário o ensino das correspondências fonema-grafema, ou da consciência fonológica, pois isso são consequências da evolução conceitual da criança em processo de aprendizagem.

“Inicia-se, assim, uma disputa entre os partidários do construtivismo e os defensores – quase nunca “confessos”, mas atuantes especialmente no nível das concretizações – dos tradicionais métodos (sobretudo o misto ou eclético), das tradicionais cartilhas e do tradicional diagnóstico do nível de maturidade com fins de classificação dos alfabetizandos, engendrando-se um novo tipo de ecletismo processual e conceitual em alfabetização. (MORTATTI, 2000, p.10)”

A partir do momento em que o conceito de construtivismo começou a ser estudado e discutido, ser apropriado e ser revisto em pesquisas científicas, documentos que orientam o ensino, assim como na formação inicial e continuada de professores e na escola, passaram a provocar efeitos nas instituições de ensino.

O que significa aprender a ler e escrever? É alfabetizar-se, deixar de ser analfabeto, tornar-se alfabetizado, adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita. O letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e utilizar de suas práticas sociais. E sobre isso Paulo Freire (2001) afirma que: “... *Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade*”.

A palavra letramento apareceu pela primeira vez no livro de Mary Kato: *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de 1986. A palavra letramento não é, como se vê definida pela autora e, depois dessa referência apareceu em 1988, no livro que pode-se dizer, lançou a palavra no mundo da educação, dedica páginas à definição de letramento: é o livro *Adultos não Alfabetizados – o avesso do avesso*, de Leda Verdiani Tfouni (São Paulo, Pontes, 1988, Coleção Linguagem/Perspectivas) um estudo sobre o modo de falar e de pensar de adultos analfabeto.

Soares conceituando letramento (2003) decompõe a palavra:

“letra + mento, estabelecendo os significados dos termos: letra como forma portuguesa da palavra latina littera e, -mento como sufixo, que indica resultado de uma ação. Portanto, letramento é o resultado da ação de “letrar-se”, se dermos ao verbo “letrar-se” o sentido de “tornar-se letrado”. Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.” (SOARES, 2003, p. 38).

Soares (2003) afirma ainda que “Literate” é, pois, o adjetivo que caracteriza a pessoa que domina a leitura e a escrita e “literacy” designa o estado ou a condição daquele que é “literate”, daquele que não só sabe ler e escrever, mas também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita.

O letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escrita de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas letradas em sociedades ágrafas. Desse modo, “o letramento tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social.”(TFOUNI, 1995, p. 09).

Um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certa forma, letrado, pois pode de certa forma, envolver-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança ainda é “analfabeta” porque não aprendeu a ler e escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma, letrada. Sobre isso comenta Magda Soares (1998) *“Se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, se sabe escrever palavras, mas não é capaz de escrever uma carta, é alfabetizada, mas não é letrada.”*

A noção de letramento está associada ao papel que a linguagem escrita tem na nossa sociedade. Logo, o processo de letramento não se dá somente na escola. Os espaços que frequentamos, os objetos e livros a que temos acesso, as pessoas com quem convivemos, também são agências e agentes de letramento.

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é de fundamental importância para as crianças ampliarem suas possibilidades de imersão e participação nas práticas sociais. Dessa forma, têm a necessidade de estarem próximas às pessoas, interagindo e aprendendo com elas de forma que possam compreender e participar no seu ambiente. Tais interações e formas de comunicações proporcionam às crianças, além da segurança para se expressar, a descoberta de diferentes gêneros culturais

Aprender uma língua não é apenas aprender letras, palavras, mas é também entender os significados que expressam as diferentes formas como as pessoas vivem, interpretam e representam a realidade. A escrita se faz presente de diversas formas, cumprindo

diversas funções. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 117), “a educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado, pelas crianças”.

O letramento representa os diversos meios da prática social em que a escrita se faz presente, e, se pensarmos sobre essa perspectiva, de que as crianças vivem em uma sociedade letrada, percebemos que é quase impossível imaginar que durante muito tempo aprenderam decorando e formando palavras desconexas do contexto em que vivem.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Educação Infantil é uma etapa fundamental do desenvolvimento escolar das crianças. Nessa fase, as crianças recebem informações sobre a escrita, quando brincam com os sons das palavras, reconhecendo semelhanças e diferenças entre os termos, manuseiam todo tipo de material escrito, como revistas, gibis, fascículos, etc., momento em que o professor lê textos para os alunos e/ou escreve os textos que os alunos produzem oralmente. Essa familiaridade com o mundo dos textos proporciona maior interação na sociedade letrada.

Na escola, uma forma de inserção das crianças de Educação Infantil no mundo letrado se dá através da aprendizagem do próprio nome, do qual decorrem vários tipos de trabalho, como, por exemplo, levar a criança a comparar e relacionar a escrita do seu nome com a dos colegas. Outra maneira é levar as crianças a separarem os nomes de meninos e meninas ou até mesmo encontrarem um determinado nome em uma lista. Todo esse trabalho deve estar apoiado no que a criança deve aprender, ou seja, na concepção que a criança tem sobre o sistema de escrita.

O incentivo para conhecer o mundo letrado deve se apresentar já na Educação Infantil, por meio de leituras, para que, mais adiante, na sua vida escolar, as crianças sejam capazes de estabelecer

relações, assumir uma posição crítica, confrontar ideias. Quanto à leitura de histórias para as crianças, Soares (2009) afirma que:

“Para que a leitura oral de histórias atinja esses objetivos, não basta que a história seja lida. É necessário que o objeto portador da história seja analisado com as crianças e sejam desenvolvidas estratégias de leitura, tais como: que a leitura seja precedida de perguntas de previsão a partir do título e das ilustrações; que seja propositadamente interrompida, em pontos pré-escolhidos, por perguntas de compreensão e de inferência; que seja acompanhada, ao término, por confronto com as previsões inicialmente feitas, por meio da avaliação de fatos, personagens, seus comportamentos e suas atitudes. (SOARES, 2009, online, sem paginação).”

Além de aproximar as crianças do mundo letrado, a leitura alimenta o imaginário e incorpora essas experiências à brincadeira, ao desenho e às histórias que todos gostam de contar. No momento de trabalhar com crianças menores de três anos, é preciso tomar alguns cuidados para inseri-las neste mundo letrado, como usar imagens grandes, claras e atraentes e o adulto deve dar suporte nessa leitura, nessa inserção.

O desenvolvimento de tais atividades levará as crianças a entender a importância e o funcionamento da escrita e da oralidade em nossa sociedade, desenvolvendo capacidades necessárias para a sua apropriação. Isso poderá motivá-las a querer conhecer mais, querer aprender a ler e escrever de maneira prazerosa e satisfatória.

O trabalho com as crianças deve partir do cotidiano em que estão inseridas. O professor deve perceber a necessidade da criança e provocar nela o desejo para a aprendizagem. Portanto, as atividades a serem oferecidas devem ser motivadoras, de curiosidades e indagações para futuras descobertas.

Nesse sentido, acreditamos que o espaço da educação infantil pode contribuir para ampliar as habilidades de uso da linguagem escrita e oral principalmente para aquelas crianças que apresentam experiências de letramento mais limitadas. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) aponta que a aprendizagem da língua oral e escrita é um dos fatores relevantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de

participação nas diversas práticas sociais. No entanto, o que ainda se observa hoje em muitas salas de educação infantil é a permanência de práticas de leitura e escrita com objetivos memorísticos e sem uso social real, ou seja, a leitura e a escrita vistas como uma atividade mecânica de memorização de um código de conversão de unidades sonoras em unidades gráficas e vice-versa, com realização de muitas atividades de cópias, memorizações de padrões silábicos e leitura de textos cartilhados, a fim de preparar para a alfabetização.

Brandão & Leal (2010), afirmam que diferentes concepções sobre a apropriação da leitura e da escrita têm se articulado no trabalho desenvolvido em salas de educação infantil. Segundo essas autoras, existem três possibilidades de caminhos que envolvem diferentes perspectivas teórico-metodológicas e que vem marcando as práticas desenvolvidas nessa etapa da escolarização.

O primeiro caminho direciona a prática de leitura e escrita na educação infantil para o que as autoras denominaram de “obrigação da alfabetização”, na qual é imposto às crianças, desde muito cedo, uma rotina exaustiva de cópia de letras, sílabas e palavras, a fim de que as mesmas possam memorizar as relações grafo-fônicas e concluem o último ano da Educação Infantil, lendo e escrevendo algumas palavras e frases.

O segundo caminho apontado por Brandão & Leal (2010) surgiu com ênfase do trabalho na educação infantil abordando as múltiplas linguagens em detrimento da linguagem escrita. Nesse caminho, a ênfase do ensino de língua portuguesa se deu na leitura e produção oral de textos e na imersão do aluno em um ambiente letrado. Segundo as autoras, partia-se do pressuposto de que a simples convivência com textos diferenciados, em situações diversas de leitura e escrita, garantiria o desenvolvimento dos alunos no que se refere à apropriação da escrita alfabética.

Inspirado inicialmente nas ideias de Ferreiro e Teberosky sobre o processo de alfabetização, um terceiro caminho é proposto. Brandão & Leal (2010) afirmam que esse terceiro caminho nega os outros acima citados. Não se pretende, por um lado, que a educação infantil seja palco para o desenvolvimento de exercícios exaustivos e desinteressantes.

Neste terceiro caminho aponta-se a possibilidade de ensinar a linguagem escrita na educação infantil de forma sistemática, incluindo as atividades no eixo do letramento, além de outras atividades relacionadas às vivências da cultura da infância. Assim o trabalho pedagógico nas instituições de educação infantil deve ser organizado de forma a considerar a perspectiva da criança que aprende, possibilitando que desde pequena ela seja estimulada a interagir com a linguagem escrita por meio de seus diferentes portadores de texto e, ao mesmo tempo, vivencie atividades de reflexão sobre as palavras e as unidades que as constituem, de modo a elaborar diferentes hipóteses sobre a escrita.

A LITERATURA E A EDUCAÇÃO INFANTIL.

Historicamente, a arte de contar histórias era vista com status inferior em relação à escrita; por outro lado as lendas e os contos foram sendo disseminados através da contação de histórias. Os povos mais antigos se reuniam ao redor de fogueiras, enquanto contavam as suas histórias e, assim, disseminavam a sua cultura e os seus costumes. Reunir-se para ouvir a contação de histórias, cada vez mais, passou a ser uma atividade dos mais simples, o que explica ter sido, por tanto tempo, uma prática tão utilizada pela sociedade.

A literatura é a expansão máxima de um povo, e é através da linguagem oral, que ela, a literatura, realiza-se. Daí a estreita relação entre língua, cultura e literatura. Contar histórias para crianças pequenas é uma atividade muito comum em várias culturas e é muito difícil uma criança que não se interesse, por ouvir histórias e não expresse um interesse lúdico pelas palavras. É imprescindível e vital um redimensionamento de tais relações, de modo a transformá-la eventualmente no ponto de partida para um novo e saudável diálogo entre o livro e seu destinatário: a criança. Segundo ABRAMOVICH (1994):

É através duma história que se pode descobrir outro lugar, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que

tem cara de aula... Porque, se tiver, deixa de ser literatura, deixa de ser prazer e passa a ser Didática, que é outro departamento (não tão preocupado em abrir as portas da compreensão do mundo). (ABRAMOVICH, 1994, p.17).

A Literatura Infantil surge dos contos populares, que se tornaram inspiração de muitos autores atualmente reconhecidos. Arroyo (1990) comenta que esta é a principal razão de se considerar a contação de história a gênese da Literatura.

Amarilha (1997) defende que o acesso à contação de histórias promove condições de a criança desenvolver sua habilidade discursiva, quando lhe é conferida a possibilidade de recontar a história, desenhar e identificar os personagens e outras formas de representação. Enquanto lhes conta a história, o ouvinte (a criança) é levado a comportar-se com tão grande fascínio, que vai sendo envolvido para o livro e para o silêncio que, segundo a autora, são comportamentos comuns somente aos que conseguem exercer com o livro grande intimidade.

A arte de contar histórias implica algumas atenções, primeiramente na escolha daquilo que se vai contar. Conforme COELHO (2000, p. 153), a Literatura Contemporânea tem considerado o ato de contar como o ato de criar através da palavra. Para esta autora, há o narrador dialógico a sua característica marcante é provocar, dirigir-se ao que escuta, mas também é chamado a participar, a interagir com o texto, sendo este que conta. [...] *um eu-narrador que se dirige continuamente a um tu, a alguém que, entretanto, não se faz ouvir na superfície da narrativa, mas de certa forma a provoca.* (COELHO, 2000, p. 68). Em consonância com a proposta essas ideias, ABRAMOVICH (1993) complementa:

“O ouvir histórias pode estimular o desenhar, o musicar, o sair, o ficar, o pensar, o teatrar, o imaginar, o brincar, o ver o livro, o escrever, o querer ouvir de novo (a mesma história ou outra). Afinal, tudo pode nascer de um texto!” (ABRAMOVICH 1993, p. 23).

A professora, ao contar uma história, deve envolver a criança e fazê-la identificar-se com os personagens, ao interagirem com as histórias, as crianças passam a despertar emoções como se

estivessem vivendo o que ali é narrado, os sentimentos apresentados permitem que a criança, através da imaginação, exercite a capacidade de resolução de situações que vive em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram analisadas as concepções e práticas alfabetizadoras promovendo uma discussão e reflexão sobre o uso da literatura no contexto do letramento na contribuição na formação de uma criança que não é algo fácil, mas essencial nos dias atuais.

Com base nos materiais de pesquisas estudados e analisados, livros e artigos científicos, verificamos que inserir a literatura infantil no contexto do letramento tornará o processo de ensino-aprendizado mais significativo qualificando o conhecimento e o contextualizam. O uso do livro pode ser considerado uma ferramenta valiosa para professor e para a escola a fim de proporcionar uma promoção da melhor qualidade da aprendizagem com uma formação crítica, em que a criança explora a criatividade, a imaginação, a significação em seu meio, a capacidade de ouvir, fantasiar, interpretar e, com a mediação do professor leitor registrar de forma peculiar.

Como diz Abromovich (1997), a vivência de contar histórias é um momento único que é pessoal e prazeroso a cada um. Contar histórias é uma arte, é o equilíbrio do que é ouvido com o que é sentido o educador precisa estar íntegro, comprometido refletindo sobre sua prática didático-pedagógica e criando possibilidades para a formação integral dos educando.

Praticar atividades com a literatura infantil é qualificar o conhecimento escolarizado e buscar o prazer em aprender. Para isso precisa ser estimulada e também ensinada nas escolas. Ensinada de forma literária, isto é, apresentar as crianças práticas de leitura e escrita na sala de aula e em todo contexto escolar e social a criança tenha prazer em aprender, assim o mesmo deve ser contemplado em sala de aula, e em todo o contexto social da mesma, cabendo à escola estimular o gosto pela leitura e escrita durante todo o período de escolarização da criança. Existem muitas possibilidades de se enriquecer a prática de narração de histórias, para tanto, é fundamental que o professor realize um trabalho planejado e intencional,

fazendo com o que a criança adentre ao mundo do letramento de maneira significativa, e estimulando-a a ler e a escrever.

Os momentos de contação de histórias se constituem em práticas prazerosas e significativas, sendo que um de seus principais objetivos é estabelecer a interação entre as crianças e a linguagem oral, escrita e visual assim é função do professor ser mediador entre a criança e o livro.

Pode-se concluir nesse trabalho de pesquisa bibliográfica qualitativa que, a literatura assume um papel fundamental na vida e na formação da criança como sujeitos críticos e atuantes em nossa sociedade. Assim, sua inserção na cultura letrada deve superar a orientação para o domínio apenas da tecnologia da escrita, mas sim levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e de escritas.

Quando a escola medeia a relação da criança com o mundo, ampliando suas possibilidades de acesso a cultura letrada, não somente como aquele que lê, mas como aquele que interpreta, que vê sentido naquilo que realiza, que participa integralmente da sociedade, a escola cumpre de fato o seu papel social e seu papel na humanização via processo de educação.

REFERÊNCIAS

ABROMOVICH, F. Literatura infantil: gostosuras e bobices. 5ed. São Paulo: Scipione, 1995.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz (Org.). Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa? In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). Ler e escrever na Educação Infantil: Discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Cap. 1, p. 13-31.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1.

CARVALHO, Barbara Vasconcelos de. A literatura Infantil- Visão Histórica e Crítica 2.ed. São Paulo: Edart, 1983.

COELHO, Betty. Contar histórias: uma arte sem idade. São Paulo: Moderna, 2000.

CORSINO, Patricia. Educação infantil: cotidiano e política. Campinas: Autores Associados, 2009.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil Teoria Análise Didática. 7.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

_____. O conto de Fadas Símbolos Mitos e Arquétipos. 2.ed. São Paulo, Ática, 1991.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. 26^a Reunião Anual da Anped, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 31.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

KLEIMAN, Angela B. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura Infantil Brasileira-Historia e Histórias. 6.ed. São Paulo: Ática, 2010.

MORTATTI, M.R.L. Os sentidos da alfabetização. São Paulo: UNESP, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

SIMÕES, Vera Lúcia Blanc. Histórias infantis e aquisição da escrita. São Paulo, 2000.

SOARES, Magda. Letramento um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. _____; Alfabetização e letramento. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

TEBEROSKY, A. Aprendendo a escrever - Perspectivas psicológicas e implicações educacionais. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1997

TFOUNI, Leda Verdiani. Escrita, alfabetização e letramento. São Paulo: Cortez, 1995.